

CPI ouvirá PC Farias na cadeia

Orcamento

A CPI do Orçamento decidiu, por 17 votos a dois, mandar uma comissão de cinco parlamentares ao Comando da Polícia Militar de Brasília para saber se o empresário



Paulo César Farias tem algo a dizer à comissão. "Nossa experiência já trouxe aqui mecânico e motorista que nada disseram; mas uma vez vamos oferecer um palco como este para nada?", perguntou o presidente da CPI, Jarbas Passarinho (PPR-PA), depois da reunião. Antes, a posição dele era diferente. Foi um dos dois votos favoráveis à convocação imediata de PC (o outro foi do deputado Aloízio Mercadante).

O deputado Odacyr Klein (PMDB-RS), vice-presidente da CPI, que vai comandar a diligência, disse que PC deve falar porque conhece a relação entre o lobby das empreiteiras e a liberação de recursos do Orçamento. "A Comissão entende que ele pode ser importante", afirmou Klein. Além de Klein, os deputados Fernando Freire (PPR-RN) e Sérgio Miranda (PC do B-MG) e os senadores Luiz Alberto (PTB-PR) e Élcio Álvares (PFL-ES) integram a comissão.

Depois de interrogar o tesoureiro de campanha do ex-presidente Fernando Collor, os cinco parlamentares deverão elaborar parecer definindo se ele deve ou não depor no plenário da CPI. O presidente da CPI, Jarbas Passarinho (PPR-PA) deu a entender ontem, que é preciso reunir dados mais precisos, antes da convocação de PC.

Coube ao senador Élcio Álvares (PFL-ES) comandar os 17 contrários ao comparecimento imediato de PC Farias no plenário da CPI. Os parlamentares adeptos de primeiro se falar com PC Farias, na prisão, utilizaram três argumentos: 1) o empresário poderia chegar ao plenário da comissão e dizer que não sabe de nada; 2) poderia se fixar em sôbras de campanha e desviar o assunto para fora dos objetivos da CPI; e 3) poderia tentar implodir o Congresso, com novas e bom-

CARLOS MOURA



Discussões ásperas na CPI: convocação de Ibsen provoca polêmica

básicas denúncias. Por isso, a prevenção da CPI.

A comissão de cinco parlamentares encarregada de ouvir PC Farias deve ir hoje ao Comando da PM de Brasília. A partir do que for relatado por seus integrantes, o empresário será chamado ou não a depor.

A decisão de que um pequeno grupo deverá ouvir PC Farias antes de colocá-lo no plenário da comissão foi um recuo diante do que foi acertado no dia anterior. Numa reunião da mesa com os

coordenadores das subcomissões, foi definido que ele seria convocado e até se sugeriu uma data para que isso ocorresse: 13 de dezembro. Na reunião de ontem se optou por não marcar a data e ouvi-lo primeiro reservadamente.

Bate-boca — Depois da decisão a respeito de PC Farias, houve uma grande confusão na CPI, que estava reunida de forma sigilosa. O tumulto começou porque o deputado Pedro Pavão (PPR-SP) insinuou que a Mesa Diretora da CPI estaria protegendo o deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-

RS), que sucessivamente vem adiando o depoimento. O presidente Passarinho ficou revoltado e disse que não admitia insinuações como esta. Sugeriu a Pavão que lesse o artigo 221 do Código de Processo Penal, que dá direito ao parlamentar de marcar a hora e o local de seus depoimentos. "Não posso trazê-lo debaixo de vara", disse Passarinho.

Iniciou-se um bata-boca entre Pavão e o deputado Roberto Rollemberg (PMDB-SP), que defendia a ida de Ibsen, primeiro à Subcomissão de Bancos. Passarinho foi obrigado a suspender a sessão por cinco minutos. Aloízio Mercadante também protestou. Segundo ele, a CPI está tratando alguns parlamentares com maior respeito que outros. "Não aceito que alguns, como o Ibsen e o José Luiz Maia (PI), líder do PPR, deponha ante uma subcomissão, enquanto outros chegam aqui e são submetidos à execração pública", disse Mercadante.

A indefinição quanto à convocação dos deputados Flávio Derzi (PP-MS), Carlos Benevides (PMDB-CE) e Uldurico Pinto (PSB-BA) também provocou gritos na reunião da CPI. O relator Roberto Magalhães (PFL-PE) queria que eles fossem convocados imediatamente a prestar depoimento em plenário, mas os que protestavam contra o que seria o protecionismo da Mesa a Ibsen Pinheiro e a José Luiz Maia, argumentaram que estava ocorrendo discriminação.

A solução encontrada pela cúpula da CPI foi dar às subcomissões prazo de 24 horas para que apontem os nomes dos parlamentares que deverão ser ouvidos daqui para a frente. A CPI, então, vai fixar um calendário para os depoimentos. Quanto a Ibsen Pinheiro, Passarinho disse que ele poderá ficar de fora do relatório preliminar, a ser entregue até o dia 16, mas constará do documento final.

Na confusão, a situação dos sete deputados a três senadores apontados nos documentos apreendidos na casa de Ailton Reis, diretor da Construtora Norberto Odebrecht, em Brasília, nem sequer foi discutida. A CPI analisaria se devem ou não ser chamados a depor, já que Ailton Reis livrou os nomes deles, responsabilizando-se pela citação de todos os parlamentares, de forma unilateral.